

EIXO I - FINANCIAMENTO

EIXO I - FINANCIAMENTO							
ESTADO			UNIÃO				
Proposta	%	Votação	Proposta	%	Votação		
6	Fixar percentual mínimo de 5% do orçamento Estadual para o cofinanciamento fundo a fundo para Política de Assistência Social no âmbito do Estado do Paraná.	88	268	1	Garantir recurso financeiro e apoio técnico para implantação e implementação da vigilância socioassistencial enquanto ferramenta de gestão, estratégia na oferta de serviços, benefícios e transferência de renda	100	240
10	Ampliar e garantir repasse de recursos continuados para os programas de transferência de renda e recursos para programas, serviços, projetos, benefícios eventuais e benefícios socioassistenciais para os 399 municípios do Estado do Paraná.	64	260	2	Garantir nos instrumentos legais de planejamento e orçamento público (Plano Plurianual- PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual -LOA) recursos de cofinanciamento aos serviços tipificados do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, bem como aprovar o Projeto de Emenda Constitucional nº 383/2017, assegurando a porcentagem mínima de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) anual do país no financiamento da Assistência Social, e garantir que as parcelas do cofinanciamento sejam ininterruptas, com reajuste anual dos valores e de acordo com a inflação e os custos reais dos serviços de Proteção Social Básica e Especial	100	236
8	Destinação de recursos para investimento em construção, reforma, adaptação e ampliação das Unidades de atendimento do SUAS, dentro das prioridades de níveis de proteção de cada município.	82	211				

EIXO 2 - CONTROLE SOCIAL

EIXO 2 - CONTROLE SOCIAL					
ESTADO			UNIÃO		
Proposta	%	Votação	Proposta	%	Votação
1 Criar e regulamentar política de comunicação específica do SUAS para articular e promover ampla divulgação para a população sobre direitos e garantias socioassistenciais, visando a participação democrática no monitoramento e fiscalização, através das diversas mídias, bem como realização de audiências públicas, reuniões descentralizadas e outras ações que favoreçam a ampla participação e controle social.	100	216	2 Regulamentar a criação de equipes de referência para as Secretarias Executivas dos Conselhos Estaduais e Municipais, de acordo com o porte dos municípios, cofinanciando sua estruturação adequada, com salas e equipamentos apropriados, a fim de fortalecer essas instâncias e manter seu bom funcionamento.	100	248
2 Fortalecer e aproximar o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS das demandas e do funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social, realizando ações tais como: Reuniões descentralizadas, visitas as secretarias executivas, plenárias ampliadas, orientações técnicas sobre custeio para a participação dos usuários nos espaços de discussão, deliberação e formação, entre outros	100	259	1 Implantar um Sistema Nacional Unificado e Informatizado, que concentre informações em linguagem acessível sobre a oferta dos serviços e programas, monitoramento de qualidade da oferta, gestão dos Conselhos e canal de ouvidoria do SUAS, com a finalidade de fortalecer o Controle Social.	100	222
3 Fomentar e garantir, por meio do custeio e assessoramento a participação dos segmentos da Sociedade Civil na formação e organização de Fóruns, prioritariamente dos usuários visando o fortalecimento de suas pautas e da participação no Controle Social	100	209			

EIXO III - ARTICULAÇÃO ENTRE OS SEGMENTOS

ESTADO			UNIÃO		
Proposta	%	Votação	Proposta	%	Votação
7 Estimular, fortalecer estratégias e promover capacitações regionalizadas intersetoriais (saúde, educação, assistência social e demais profissionais da rede de proteção), integração e participação social no SUAS, estabelecendo protocolos de articulação entre as Secretarias Estaduais, objetivando o regular funcionamento, assegurando os direitos dos usuários e a efetivação das ações voltadas para a segurança integral da população vulnerável	89,4	245	3 Criar um plano Nacional que possa atender aos Direitos dos trabalhadores do SUAS, incluindo piso salarial, insalubridade, periculosidade, capacitação permanente carga horaria de atuação e suporte para saúde do trabalhador	100	229
9 Garantir a participação dos segmentos de entidades, trabalhadores e usuários do SUAS nos espaços de controle social, nos programas de transferência de renda - PTR, superando a perspectiva atual de Comitê Gestor nas três esferas de governo	57,8	174	1 Incentivar, organizar e fortalecer os Fóruns dos segmentos da Sociedade Civil visando a participação plena e efetiva no Controle Social no SUAS	100	103
3 Implementação das Conferências Regionais, antes da Estadual, com uma maior participação de Usuários e Trabalhadores do SUAS	100	159	6		

EIXO IV - SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

ESTADO				UNIÃO			
Proposta	%	Votação		Proposta	%	Votação	
2	Articular e implantar serviços e equipamentos de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (Casas de acolhimento para mulheres vítimas de violências e seus dependentes, pessoas em situação de rua, pessoas idosas, residência inclusiva, entre outros), através de atendimento regionalizado e consórcio intermunicipal, necessariamente com cofinanciamento do Estado	80,8	255	1	Aprimoramento dos softwares do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome unificando todos os sistemas em uma única plataforma, de forma a torná-los mais responsivos, menos instáveis, layout claros e objetivos, e correção de erros recorrentes, visando melhorar a sua utilização por parte dos trabalhadores do SUAS, como o sistema de registros mensais de atendimentos de CRAS e CREAS, uma vez que muitas demandas atendidas não podem ser preenchidas, atualmente este sistema se mostra desatualizado diante do público atendido. Assim como a criação de infraestrutura tecnológica para utilização do Prontuário SUAS em tempo real padronizando procedimentos e terminologias dos serviços ofertados, disponibilizado o sistema para os municípios reformular e aumentar, as funções integrando-o aos demais sistemas.	73,5	225
1	Fortalecer o monitoramento e a fiscalização aos municípios, assegurando que existam equipes técnicas de referência para os equipamentos e Serviços da Assistência Social, conforme preconizado na NOB/RH/SUAS, contemplando os Municípios com equipe volante, para alcançar os usuários sem acesso aos serviços do SUAS, em especial os grupos populacionais tradicionais específicos.	95,5	220	2	Adequação e revisão dos documentos norteadores da Assistência Social, PNAS, NOB-SUAS; NOB-RH/SUAS visando a ampliação das equipes técnicas de referência para a efetivação dos serviços socioassistenciais, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, além dos protocolos de serviços, programas e benefícios visto que a realidade é dinâmica, complexa.	70,5	176
3	Garantir a implantação e execução da Vigilância Socioassistencial (VISA) no Estado e Municípios (com equipe exclusiva) que efetivamente realizem diagnóstico sócio-territorial, considerando as demandas e prioridades que se apresentam de forma específica, conforme as diversidades das partes e das regiões/territórios.	77,9	217	3			

EIXO 5 - BENEFÍCIO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

ESTADO			UNIÃO		
Proposta	%	Votação	Proposta	%	Votação
Ofertar educação permanente aos operadores, técnicos, entrevistadores e coordenadores municipais do Cadastro Único para Programas Sociais e operadores de sistemas federais e estaduais utilizados para registro, acompanhamento e concessão de benefícios sociais	74	139	1 Alterar a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, no artigo referente ao BPC, garantindo um salário mínimo por mês incluindo o pagamento do 13º salário à pessoa idosa com idade igual ou superior a 60 anos (conforme Estatuto do Idoso) mantendo os critérios de renda de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (conforme previsão da Lei nº 14.176/2021) e à pessoa com deficiência de qualquer idade independente da renda familiar, garantindo o direito subjetivo e universal de renda à pessoa com deficiência	92,3	240
Transferir renda às famílias do CadÚnico, em situação de alta vulnerabilidade social, incluídas no Acompanhamento Familiar Intersetorial do Programa Nossa Gente Paraná.	74	106	3 Manter e aprimorar o PBF promovendo a articulação e complementaridade entre os programas de transferência de renda e outros programas sociais, garantindo o atendimento integral as famílias e buscando ações mais integradas e efetivas para a superação da pobreza e redução das desigualdades, assim como criar benefícios complementares para os beneficiários do PBF que estão inclusos no SCFV, jovem aprendiz, mulheres em situação de violência e pessoas acamadas	84,6	203
Ampliar o valor e o número de beneficiários do Programa de Transferência de Renda Comida Boa, bem como revisar os critérios de concessão, garantindo maior autonomia aos municípios na escolha dos beneficiários se atentando a critérios como acompanhamento familiar, melhorando operacionalização e ampliando o intervalo de revisão da folha de pagamento de 3 para 6 meses	100	103			